

LIDERANÇA E LUTA DO TUXAUA ZUZU NA DEFESA DO POVO SATERÉ-MAWÉ

THE LEADERSHIP AND STRUGGLE OF TUXAUA ZUZU IN DEFENSE OF THE
SATERÉ-MAWÉ

Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas • 01/10/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/790770852](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/790770852)

Gerson André Albuquerque Ferreira

Antônio Carlos Witkoski

RESUMO

Artigo aqui apresentado descreve e analisa o tipo e a luta da liderança política do Tuxaua Zuzu Miquiles, conhecido como Zuzu, e sua contribuição para a construção de estratégias de autonomia política e econômica do povo Sateré-Mawé. A análise concentra-se na criação do Conselho Geral da Tribo Sateré-Mawé (CGTSM), na organização das lideranças indígenas, na defesa territorial e na transformação do guaraná elemento estratégico de valorização cultural, econômica e política. A liderança de Zuzu pode ser compreendida como parte de um processo mais amplo de reorganização política indígena diante das pressões econômicas e territoriais incidentes sobre a Terra Indígena Andirá-Marau. A experiência associada a Zuzu evidenciou que a autonomia e o reconhecimento do grupo não significam apenas reconhecimento jurídico do território, mas a capacidade de organização, gestão, produção, comercialização e tomada de decisões a partir dos interesses próprios do povo.

Palavras-chave: Sateré-Mawé; Tuxaua Zuzu; CGTSM; Autonomia política; Autonomia econômica; Waraná; Guaraná.

ABSTRACT

This article analyzes the political trajectory of “Tuxaua” José Miquiles—known as Zuzu—and his contribution to developing strategies for the political and economic autonomy of the Sateré-Mawé people. The analysis focuses on the creation of the Sateré-Mawé Tribal General Council (CGTSM), the organization of Indigenous leadership, territorial defense, and the transformation of “guaraná” into a strategic element for cultural, economic, and political valorization. Zuzu’s leadership can be understood as part of a broader process of Indigenous political reorganization in the face of economic and territorial pressures affecting the Andirá-Marau Indigenous Territory.

The experience associated with Zuzu demonstrated that the group's autonomy and recognition entail not merely the legal recognition of their territory, but also the capacity for organization, management, production, commercialization, and decision-making based on the people's own interests.

Keywords: Sateré-Mawé; Tuxaua Zuzu; CGTSM; Political autonomy; Economic autonomy; Waraná; Guaraná.

1. INTRODUÇÃO

A história dos Sateré-Mawé foi marcada por processos de resistência territorial, que os conduziu a redirecionamentos da organização política e construção de alternativas econômicas capazes de fortalecer a autonomia indígena. Nesse contexto, a atuação do Tuxaua Zuzu Miquiles, que preenche um importante na formação de uma estrutura política destinada a articular diferentes comunidades e lideranças da Terra Indígena Andirá-Marau.

A emergência dessa liderança está relacionada a um período de intensificação de invasões externas ao território. A ameaça de invasão da área era movida por interesses motivados exploração de petróleo pela empresa francesa Elf Aquitaine, que instigou uma mobilização do grupo como um todo que entendeu a necessidade de unir forças. Os estudos relacionados a esse período enfatiza que a resistência Sateré-Mawé contribuiu para a expulsão da empresa e assim para o fortalecimento da luta coletiva pela proteção territorial.

É nesse ambiente que se deve compreender a atuação de Zuzu. Sua liderança não se restringiu à dimensão tradicional da autoridade do tuxaua. Ela passou também a envolver a construção de instrumentos institucionais de representação política, capazes de

dialogar com o Estado, organizações não governamentais, movimentos indígenas e agentes econômicos.

A criação do Conselho Geral da Tribo Sateré-Mawé (CGTSM), em 15 de setembro de 1987, na comunidade de Umirituba, constituiu um dos principais resultados desse processo. As fontes documentais enfatiza o protagonismo de José Miquiles (Zuzu) como tuxaua geral do Andirá. Como isso fica marcada pelo reconhecimento de sua capacidade de liderança, sobretudo pela responsabilidade e capacidade de articulação dos tuxauas que participaram da criação do Conselho. Assim, este artigo busca compreender de que maneira a liderança de Zuzu contribuiu para o entendimento dessa nova sensibilidade política (Honneth), uma concepção de autonomia que articulava política e economia entre os Sateré-Mawé.

A liderança de Zuzu deve ser interpretada dentro da tradição política Sateré-Mawé, na qual a figura do tuxaua exerce importante função de mediação, orientação e representação comunitária. Diante dessas transformações provocadas pelo contato com a sociedade nacional, essa liderança passou a assumir novas responsabilidades. O desafio consistia em articular comunidades geograficamente dispersas e, simultaneamente, preservar formas próprias de organização social. A criação do CGTSM representou uma tentativa de transpor essa articulação em uma estrutura política permanente.

A formação do Conselho ocorreu em Umirituba com a participação das lideranças dos rios Andirá e Marau, sob a liderança de Zuzu. A importância desse processo é evidenciada porque o Conselho não foi instituído como uma associação destinada a estritamente representar interesses administrativos. Ele se

apresentou como instrumento de organização política do povo Sateré-Mawé.

A liderança de Zuzu narca pode ser entendida como uma passagem entre duas dimensões da autoridade indígena:: de um lado, a autoridade tradicional do tuxaua; de outro, uma forma institucionalizada de representação política diante da sociedade envolvente. Uma mudança essencial porque introduziu uma demanda para defesa do território as territoriais, educacionais, culturais e econômicas fossem apresentadas de maneira mais organizada perante instituições externas. A autonomia política Sateré-Mawé possui relação direta com a defesa territorial. Não existe autonomia indígena efetiva quando as comunidades não conseguem decidir sobre o uso, a proteção e o futuro de seu território.

A experiência de resistência à exploração petrolífera durante a década de 1980 demonstrou a necessidade de fortalecer a unidade política entre as comunidades. A mobilização contra a Elf Aquitaine tornou-se um marco importante da resistência territorial e contribuiu para a consolidação de uma consciência política coletiva. Nesse processo, Zuzu exerceu uma função articuladora. Sua atuação permitiu reunir diferentes tuxauas em torno de uma estrutura comum de representação.

O CGTSM adequou mudanças de postura a funcionar como um instrumento de organização política. Essa experiência demonstra que a autonomia não deve ser entendida como isolamento, mas como capacidade de estabelecer relações externas sem perder a capacidade interna de decisão. A autonomia política, nesse sentido, envolve três dimensões fundamentais: representação coletiva diante

do Estado e de instituições externas; defesa territorial diante de interesses econômicos externos; fortalecimento das instituições próprias de organização indígena.

Um dos aspectos mais importantes da experiência associada a Zuzu é a percepção de que a autonomia política dependia também de bases econômicas próprias. Documentos relacionados ao CGTSM afirmam explicitamente que a organização procurou construir a autonomia política sobre bases de autonomia econômica, buscando gerar renda própria para as comunidades e reduzir a dependência de recursos públicos. Nesse projeto, o guaraná ocupou posição estratégica. O waraná não pode ser reduzido a uma simples mercadoria agrícola. Para os Sateré-Mawé, ele está profundamente relacionado à memória, aos conhecimentos tradicionais, à identidade e à cosmologia do povo. A transformação do guaraná em produto valorizado no mercado passou, portanto, por uma tentativa de articular conhecimento tradicional e economia. Essa estratégia se tornou particularmente importante porque permitia transformar um patrimônio cultural em fonte de renda sem abandonar completamente sua dimensão simbólica.

Em 1999, Zuzu participou da formulação de uma concepção do território como espaço de proteção ecológica e cultural do waraná, relacionando o guaraná à identidade e à autodeterminação Sateré-Mawé. A experiência posteriormente vinculada ao comércio justo reforçou essa perspectiva. Registros históricos sobre o processo de comercialização mostram que, a partir do final da década de 1990, começaram as articulações para inserir o guaraná Sateré-Mawé em circuitos internacionais de comércio justo;

Na produção comunitária à economia política indígena a construção da autonomia econômica não consistia apenas em vender o guaraná. Era necessário reorganizar a própria relação entre família, comunidade, produção e mercado. A documentação sobre a trajetória dos produtores mostra que um dos desafios colocados naquele momento era organizar as famílias indígenas como sujeitos econômicos autônomos dentro da sociedade Sateré-Mawé e, simultaneamente, dentro da economia mundial. Esse aspecto é fundamental para compreender a dimensão política da economia.

A produção do guaraná passou a ser concebida como instrumento de fortalecimento coletivo. A renda obtida pela produção poderia contribuir para a melhoria das condições de vida, mas também para financiar estruturas de organização indígena. Nesse sentido, economia e política deixam de aparecer como campos separados. A autonomia econômica poderia produzir condições materiais para a autonomia política, enquanto a autonomia política poderia garantir maior capacidade de decisão sobre os processos econômicos.

Essa relação pode ser sintetizada da seguinte maneira: território → produção → organização comunitária → comercialização → renda → fortalecimento político → autonomia. Essa dinâmica constitui uma das características mais significativas do projeto associado à liderança de Zuzu.

A experiência do Projeto Waraná representa uma tentativa de construir uma alternativa ao modelo econômico baseado exclusivamente na exploração externa dos recursos naturais. O projeto passou a associar produção, cultura, território, conhecimentos tradicionais e mercado. Documentos vinculados ao movimento Sateré-Mawé identificam essa proposta como um

projeto de eco-ecodesenvolvimento e relacionam sua formulação à atuação do Tuxaua Zuzu. A importância dessa perspectiva está na tentativa de inverter a lógica tradicional da relação entre povos indígenas e mercado. Em vez de o mercado determinar aquilo que deve ser produzido, busca-se construir uma produção baseada naquilo que possui significado cultural e territorial para a comunidade. O guaraná torna-se, assim, simultaneamente: patrimônio cultural; produto econômico; símbolo identitário; instrumento de organização social; mecanismo de geração de renda; elemento de valorização territorial. Essa multiplicidade de significados explica a importância política do waraná no pensamento associado à liderança de Zuzu.

A aproximação com o comércio justo representou outra etapa da construção da autonomia econômica. No final da década de 1990, ocorreram contatos entre representantes do comércio justo europeu e o CGTSM para a comercialização do guaraná Sateré-Mawé. Registros desse processo identificam um encontro entre representantes da rede de comércio justo e Zuzu em Umitutuba, associado às primeiras iniciativas de comercialização do guaraná em pó.

2. O INÍCIO DAS CANTINAS COMUNITÁRIAS ENTRE OS SATERÉ-MAWÉ E O PROTAGONISMO DO TUXAUA ZUZU

A construção das cantinas comunitárias nas comunidades Sateré-Mawé constitui uma experiência importante de organização econômica, social e territorial, especialmente por criar espaços destinados à conservação, ao armazenamento e à circulação de produtos produzidos pelas famílias indígenas. Este artigo apresenta uma reflexão sobre o início desse processo, destacando a atuação do

tuxaua Zuzu na organização das comunidades e na criação de mecanismos coletivos de troca. As cantinas não devem ser compreendidas apenas como espaços comerciais, mas como estruturas comunitárias relacionadas à cooperação, à valorização da produção local, à conservação dos produtos e à autonomia econômica. Nesse sentido, sua implantação contribuiu para aproximar a produção familiar das formas coletivas de comercialização, fortalecendo redes de solidariedade e mecanismos próprios de organização econômica dos Sateré-Mawé.

A organização econômica dos povos indígenas da Amazônia não pode ser compreendida exclusivamente a partir dos modelos convencionais de mercado. Entre os Sateré-Mawé, as atividades produtivas estão profundamente relacionadas ao território, às relações de parentesco, aos conhecimentos tradicionais, ao trabalho familiar e às formas coletivas de cooperação. Nesse contexto, o surgimento das cantinas comunitárias representa uma experiência particularmente significativa. Esses espaços foram concebidos como pontos de apoio para receber, conservar, armazenar e organizar a circulação dos produtos provenientes das comunidades. Ao mesmo tempo, possibilitaram a criação de mecanismos de troca que diminuía a dependência individual dos produtores em relação aos intermediários externos.

A atuação de lideranças indígenas foi fundamental para esse processo. Entre essas lideranças, destaca-se o tuxaua Zuzu, associado à organização de iniciativas voltadas para o fortalecimento da produção e das relações econômicas comunitárias. Sua atuação deve ser compreendida dentro de uma dinâmica maior de construção da autonomia política e econômica Sateré-Mawé.

O objetivo deste artigo é discutir o começo da construção das cantinas comunitárias, seu funcionamento nas comunidades e sua importância para a conservação dos produtos e para as trocas organizadas coletivamente. 'A cantina comunitária pode ser compreendida como uma infraestrutura econômica construída para atender às necessidades coletivas das comunidades. Sua importância ultrapassa a dimensão física de um depósito ou pequeno estabelecimento comercial. No cotidiano comunitário, a cantina constitui um espaço de encontro entre produção, armazenamento, conservação e troca. Os produtos produzidos pelas famílias podem ser reunidos em um mesmo local, permitindo maior organização da produção e melhor planejamento de sua circulação.

Essa característica é especialmente importante em territórios amazônicos, nos quais as distâncias entre as comunidades e os centros urbanos podem dificultar o transporte e a comercialização imediata dos produtos. A existência da cantina permite, portanto, que o produtor não esteja necessariamente obrigado a vender sua produção no primeiro momento em que ela é colhida ou beneficiada. A conservação e o armazenamento criam possibilidades de planejamento, tornando a comercialização menos dependente da urgência e das condições impostas por compradores externos. Assim, a cantina passa a funcionar como uma espécie de infraestrutura econômica comunitária.

O processo de construção das cantinas deve ser situado no esforço das comunidades Sateré-Mawé para encontrar formas próprias de organização da produção e das trocas. Antes da existência de estruturas comunitárias de armazenamento e comercialização, muitas famílias dependiam de relações individuais de troca. Nessa situação, o produtor podia encontrar dificuldades para transportar

seus produtos, conservar sua produção e negociar preços mais favoráveis.

A construção das cantinas modificou parcialmente essa lógica. Ao reunir a produção em um espaço coletivo, tornou-se possível criar uma articulação entre produtores de diferentes famílias e comunidades. Nesse processo, a liderança do tuxaua Zuzu ganha relevância por sua participação na mobilização comunitária e na construção de uma perspectiva segundo a qual a produção indígena deveria ser organizada de maneira coletiva.

A cantina, nesse sentido, não nasceu simplesmente como um empreendimento comercial. Ela expressava uma concepção de economia baseada na cooperação e na responsabilidade coletiva. Sua construção física também pode ser interpretada como uma construção política: ao criar um espaço destinado à produção e às trocas, a comunidade afirmava sua capacidade de administrar seus próprios recursos e estabelecer suas próprias formas de organização econômica.

2.1. O Funcionamento das Cantinas

O funcionamento das cantinas estava relacionado à produção realizada pelas famílias. Os agricultores, extrativistas e produtores comunitários encaminhavam parte de sua produção para o espaço coletivo, onde os produtos poderiam ser recebidos, organizados e conservados. Entre as funções fundamentais da cantina destacam-se: recebimento dos produtos das famílias; armazenamento da produção; conservação dos produtos por determinado período; organização das quantidades produzidas; registro ou controle das

entregas; organização das trocas; preparação da produção para transporte; articulação com compradores ou organizações externas.

Esse funcionamento permitia criar uma ponte entre a economia familiar e uma economia comunitária mais ampla. O produtor continuava sendo responsável por sua produção, mas passava a contar com uma estrutura coletiva capaz de ampliar sua capacidade de negociação. Dessa maneira, a cantina não eliminava a economia familiar. Ao contrário, fortalecia-a por meio de mecanismos de cooperação.

3. CONSERVAÇÃO E ARMAZENAMENTO DOS PRODUTOS

Uma das funções mais importantes das cantinas era a conservação dos produtos. No contexto amazônico, essa questão assume grande importância devido às condições climáticas, às distâncias geográficas e às dificuldades de transporte. Produtos como guaraná, sementes, castanhas, óleos, artesanatos e outros bens produzidos pelas famílias necessitam de diferentes formas de cuidado, armazenamento e conservação.

A cantina possibilitava reunir os produtos em condições mais adequadas, evitando que cada família tivesse de resolver isoladamente todos os problemas relacionados ao armazenamento. No caso do guaraná Sateré-Mawé, essa organização possui uma dimensão econômica e cultural particularmente importante. O guaraná não representa apenas uma mercadoria. Ele está relacionado ao território, aos conhecimentos tradicionais, à identidade e à história do povo Sateré-Mawé. Consequentemente, conservar o produto significa também conservar parte de uma

cadeia de conhecimentos e práticas associadas à produção tradicional.

4. AS CANTINAS E AS TROCAS COMUNITÁRIAS

As trocas organizadas pelas cantinas constituem outro elemento fundamental dessa experiência. A lógica da troca comunitária não precisa ser reduzida à simples compra e venda. Ela envolve relações de reciprocidade, confiança, cooperação e responsabilidade coletiva. As famílias entregam seus produtos e, a partir de mecanismos previamente estabelecidos, podem receber valores, mercadorias ou outros benefícios relacionados à produção. A cantina torna-se, dessa maneira, um ponto de circulação econômica dentro do território.

Essa dinâmica também possibilita reduzir a dependência em relação aos atravessadores. Quando o produtor negocia isoladamente, possui menor capacidade de influenciar as condições da comercialização. Quando vários produtores se organizam coletivamente, sua produção ganha maior escala e capacidade de negociação. A cantina, portanto, representa uma estratégia de fortalecimento da autonomia econômica. E reconhecimento. É possível ver nas diversas lutas por reconhecimento uma força moral que impulsiona desenvolvimentos sociais.” (Honneth, 2003, p. 18).

5. O PROTAGONISMO DO TUXAUA ZUZU

A participação do tuxaua Zuzu pode ser analisada a partir da relação entre liderança política e organização econômica. Na sociedade Sateré-Mawé, a liderança não se limita à representação política formal. Ela também pode envolver a capacidade de mobilizar pessoas, organizar atividades coletivas, defender interesses

comunitários e construir alternativas diante de problemas enfrentados pelas comunidades.

Nesse sentido, a atuação de Zuzu na organização das cantinas pode ser interpretada como parte de uma estratégia mais ampla de fortalecimento da autonomia Sateré-Mawé. A construção das cantinas representava uma tentativa de criar estruturas econômicas controladas ou administradas a partir das próprias comunidades. O objetivo não era simplesmente aumentar a quantidade de produtos comercializados, mas criar condições para que os produtores tivessem maior controle sobre sua produção. Essa dimensão é fundamental para compreender a importância histórica dessas estruturas.

6. DA ECONOMIA FAMILIAR À ORGANIZAÇÃO COLETIVA

A experiência das cantinas revela a existência de uma relação dinâmica entre economia familiar e organização coletiva. A família permanece como unidade fundamental da produção. É nela que ocorre grande parte do trabalho agrícola, do manejo do território, da coleta e do beneficiamento dos produtos. É importante que a cantina cria um segundo nível de organização: a organização coletiva ou integrada o coletivo.

Nesse segundo nível, diferentes famílias passam a compartilhar uma estrutura de armazenamento, conservação e comercialização. A produção individual adquire uma dimensão comunitária. Esse processo pode ser compreendido como uma forma de economia solidária indígena, desde que o conceito seja utilizado com cuidado e sem apagar as especificidades culturais Sateré-Mawé. O que se observa é a combinação entre conhecimentos tradicionais, trabalho

familiar, cooperação comunitária e mecanismos contemporâneos de comercialização.

7. CANTINAS E AUTONOMIA ECONÔMICA

A autonomia econômica é uma das questões centrais para compreender a importância das cantinas. A autonomia não significa isolamento do mercado. Pelo contrário, significa estabelecer relações com o mercado sem perder completamente o controle sobre a produção e sobre as decisões comunitárias. As cantinas permitiram criar uma estrutura intermediária entre a comunidade e os mercados externos. Essa estrutura pode fortalecer a posição dos produtores porque possibilita: organizar a produção; concentrar produtos; melhorar o armazenamento; planejar o transporte; negociar coletivamente; ampliar o conhecimento sobre os valores dos produtos; fortalecer a organização comunitária.

A cantina também deve ser compreendida como parte da territorialidade Sateré-Mawé. O território não é somente uma área geográfica. É o espaço onde se desenvolvem relações sociais, práticas produtivas, conhecimentos, histórias e formas de pertencimento. Quando uma comunidade constrói uma cantina, está criando uma infraestrutura vinculada ao próprio território.

A circulação dos produtos entre comunidade, cantina e mercado externo estabelece redes econômicas que conectam diferentes lugares do território Sateré-Mawé. Essas redes contribuem para a valorização da produção local e para a manutenção das famílias em seus espaços comunitários.

A conservação dos produtos está diretamente relacionada aos conhecimentos tradicionais. O conhecimento sobre o momento

adequado da colheita, a seleção das sementes, o beneficiamento, a secagem, o armazenamento e o transporte constitui patrimônio construído historicamente pelas comunidades.

A cantina pode atuar como espaço de continuidade desses conhecimentos. Nesse sentido, sua função não deve ser observada apenas pela quantidade de produtos armazenados ou comercializados. É necessário considerar também sua contribuição para a reprodução

A dominação tradicional baseia-se na crença cotidiana na santidade das tradições vigentes desde sempre e na legitimidade daqueles que, em virtude dessas tradições, representam a autoridade. (Weber, 1999, p. 148).

A formulação de Weber permite compreender a liderança tradicional como uma forma de autoridade cuja legitimidade não depende primordialmente de uma estrutura burocrática ou de uma eleição formal, mas do reconhecimento social das tradições, da ancestralidade, do prestígio e dos costumes que sustentam a autoridade do líder. Nesse sentido, a atuação de um tuxaua pode apresentar elementos de dominação tradicional quando sua autoridade é reconhecida pela comunidade em razão de sua posição, trajetória, vínculos de parentesco, conhecimentos e capacidade de representar os interesses coletivos.

8. ANEXOS

O ANTES DA CONSOLIDAÇÃO ADMINISTRATIVA DO PROJETO DENOMINADO COMO PROJETO DE ETNODESENVOLVIMENTO

INTEGRADO DOS SATERÉ-MAWÉ



Fonte: Nusoken; portal filhos do guaraná





Figura 3 – Encontro político organizado pelos Sateré



Fonte: Portal Nusoken. Disponível em: <<http://www.nusoken.com/home/a-marca-nusoken>>. Acessado em: 20.02 2014.

O ATUAL ESTAGIO DE BENEFICIAMENTO



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERT, Bruce; RAMOS, Alcida Rita (org.). Pacificando o branco: cosmologias do contato no Norte-Amazônico. São Paulo: UNESP, 2002.

FERREIRA, Gerson André Albuquerque; WITKOSKI, Antônio Carlos. Estudos sobre as trocas econômicas, produção e organização socioambiental entre os Sateré-Mawé. Manaus: UFAM, 2026.

FERREIRA, Gerson André Albuquerque. Wará: ensaios sobre as interferências do comércio justo na formação política das lideranças Sateré-Mawé. Orientadora: Elenise Faria Scherer. 2017. 264 f. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017.

HONNETH, Axel. Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais. Tradução de Luiz Repa. São Paulo: Editora 34, 2003.

MAUSS, Marcel. Sociologia e antropologia. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

PAIVA, Eunice; JUNQUEIRA, Carmen; ALBUQUERQUE, Renan; FERREIRA, Gerson André A. O tacape do diabo e outros instrumentos de predação. São Paulo: Alexa Cultural; Manaus: EDUA, 2019. 206 p. ISBN 978-85-5467-101-3.

POLANYI, Karl. A grande transformação: as origens de nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

SACHS, Ignacy. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

WEBER, Max. Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

WITKOSKI, Antônio Carlos. Terras, florestas e águas de trabalho: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais. Manaus: EDUA, 2007.